

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Objeto: Análise do Projeto de Lei nº 18/2025, que autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 260.696,33 (duzentos e sessenta mil, seiscentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos), destinado à Secretaria Municipal de Saúde para atender despesas com reforma da Unidade Básica de Saúde e desapropriação de terrenos urbanos.

1. Compatibilidade com a LDO e LOA

A proposta está em total conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, que estabelece as metas e prioridades orçamentárias para o exercício. A alteração no PPA está em conformidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, garantindo que os ajustes feitos no orçamento estejam alinhados com as receitas previstas para o município. Não há previsão de gastos extraordinários ou que ultrapassem os limites da receita estimada para o ano de 2025, o que assegura a compatibilidade orçamentária da proposta.

2. Sustentabilidade Fiscal

A Comissão de Finanças e Orçamento avaliou a sustentabilidade fiscal da alteração no PPA e conclui que as modificações propostas não comprometem a saúde fiscal do município. As alterações no PPA foram realizadas dentro dos limites de receita estimados para o ano de 2025, sem impactar negativamente a capacidade de arrecadação e o equilíbrio fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi observada, garantindo que as mudanças orçamentárias não representem riscos à sustentabilidade fiscal do município.

3. Monitoramento e Acompanhamento da Execução



A Comissão de Finanças e Orçamento sugere a implementação de mecanismos de monitoramento e acompanhamento das ações previstas no PPA. Para garantir a transparência da execução orçamentária, é essencial que a Secretaria de Finanças realize a atualização periódica dos relatórios sobre o cumprimento das metas do PPA. A comissão sugere a criação de um relatório semestral detalhado que acompanhe o impacto das ações no orçamento municipal e disponibilize essas informações à população.

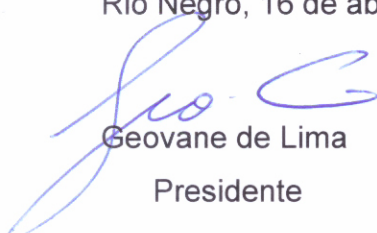
4. Garantia de Transparência Fiscal

A transparência fiscal é essencial para o sucesso da implementação dos ajustes no Plano Plurianual (PPA). A Comissão de Finanças e Orçamento recomenda que o relatório de execução orçamentária seja disponibilizado no site oficial da Prefeitura de Rio Negro e em outros meios de comunicação. A publicação dos relatórios permitirá que a população acompanhe o uso dos recursos públicos e garanta o controle social sobre a gestão financeira do município.

5. Conclusão

Diante do exposto, a Comissão de Finanças e Orçamento manifesta-se pelo prosseguimento do Projeto de Lei nº 18/2025, considerando que a proposta está em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não havendo impedimentos para sua votação.

Rio Negro, 16 de abril de 2025



Geovane de Lima
Presidente



Isabel Cristina Grossl
Relatora